

ATOS LEGISLATIVOS

LEI N.º 9.555, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1966

Dispõe sobre permuta de imóveis de propriedade do Estado e dos Irmãos Giacomini, situados no Município de Bernardino de Campos

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que nos termos dos §§ 3.º e 5.º do artigo 22 da Constituição do Estado, promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a permutar imóvel de sua propriedade, na posse e administração da Estrada de Ferro Sorocabana, situado no Município de Bernardino de Campos, por outros de propriedade dos Irmãos Giacomini, situados no mesmo município, necessários à construção da Variante Bernardino de Campos-Ourinhos, da Estrada de Ferro Sorocabana, a seguir descritos e determinados:

I — Imóveis de propriedade dos Irmãos Giacomini:

Área «A» — trata-se de uma faixa de terreno, encerrando 200m² (duzentos metros quadrados), com as seguintes divisas e confrontações:

Partindo do ponto (21) situado a 9m (nove metros), à direita da estaca 112 -/- 12m da linha locada seguem: 42m (quarenta e dois metros) pela cerca divisória até o ponto (33) distante 15m (quinze metros), à direita da estaca 114 -/- 10m, confrontando com a faixa da linha velha; 51m (cinquenta e um metros) em curva com raio de 588,14 até o ponto (22) distante 15m (quinze metros) à direita da estaca 112 -/- 00, confrontando com terrenos do transmitente; 12m (doze metros) em reta com o rumo de 68º00'SW até o ponto (21) de partida, confrontando com terrenos de João Gouveia Castanhola.

Área «B» — uma faixa de terreno com 10720m² (dez mil, setecentos e vinte metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

Partindo do ponto 25 situado 15m (quinze metros) à esquerda da estaca 114 -/- 10m da linha locada seguem: 104m (cento e quatro metros) em curva com raio de 618,14 até o ponto (27) distante 15m (quinze metros) à esquerda da estaca 119 -/- 10m = PT; 222,42m (duzentos e vinte e dois metros e quarenta e dois centímetros) em reta com o rumo de 71º00' NW até o ponto (28) distante 15m (quinze metros) à esquerda da estaca 130 -/- 12,42m = PCE; 140m (cento e quarenta metros) em curva com o raio de 588,14 até o ponto (29) distante 15m (quinze metros) à esquerda da estaca 137 -/- 18m, confrontando do ponto 25 ao 29 com terrenos do transmitente; 42m (quarenta e dois metros) em reta com o rumo de 38º00' NW até o ponto (30) distante 15m (quinze metros) à direita da estaca 139 -/- 10m, cortando o eixo locado na estaca 138 -/- 15m, confrontando com terrenos de Herminio Trombello; 178m (cento e setenta e oito metros) em curva com raio de 618,14 até o ponto (31) distante 15m (quinze metros) à direita da estaca 130 -/- 12,42m = PCE; 76m (setenta e seis metros) em reta com o rumo de 71º00'SE até o ponto (32) distante 15m (quinze metros) à direita da estaca 126 -/- 17m, confrontando de 30 a 32 com terreno do transmitente; 263m (duzentos e sessenta e três metros) pela antiga cerca da Estrada de Ferro Sorocabana que corta a linha locada na estaca 123 -/- 6m, até o ponto (26) distante 8m (oito metros) à esquerda da estaca 113 -/- 15m confrontando com a faixa da Estrada de Ferro Sorocabana; 19m (dezenove metros) em reta com o rumo de 68º00'SW até o ponto (25) de partida, confrontando com terrenos de João Gouveia Castanhola.

As duas áreas foram avaliadas em Cr\$ 10.920 (dez mil, novecentos e vinte cruzeiros).

II — Imóvel de propriedade da Fazenda Estadual:

Área «C» — uma faixa de terreno contendo 6.660 m² (seis mil, seiscentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

Partindo do ponto (32) situado 15m (quinze metros) à direita da estaca 126 -/- 17m seguem: 267m (duzentos e sessenta e sete metros) em curva pela cerca divisória até o ponto (40) situado 25m (vinte e cinco metros) à direita da estaca 139 -/- 17m, confrontando

com Irmãos Giacomini; 22m (vinte e dois metros) em reta com o rumo de 38º00' NW até o ponto (41) distante 43m (quarenta e três metros) à direita da estaca 140 -/- 10m, confrontando com a faixa da Estrada de Ferro Sorocabana; 524m (quinhentos e vinte e quatro metros) pela cerca divisória até o ponto (33) distante 15m (quinze metros) à direita da estaca 114 -/- 10, confrontando com Irmãos Giacomini; 98m (noventa e oito metros) em curva com o raio de 588,14 até o ponto (42) distante 15m (quinze metros) à direita da estaca 119 -/- 10m = PT; 146m (cento e quarenta e seis metros) em reta com o rumo de 71º00' NW até o ponto (32) de partida, confrontando do ponto 33 ao 32 com a faixa da Estrada de Ferro Sorocabana, tudo na conformidade com o memorial e planta SD n. 673 da Estrada de Ferro Sorocabana, avaliada em Cr\$ 3.330 (três mil, trezentos e trinta cruzeiros).

Artigo 2.º — A despesa relativa à diferença entre os valores atribuídos aos imóveis, e a ser paga pela Fazenda do Estado, correrá à conta da verba n. 185, categoria econômica 4-1-60, item 2450 — 10 — 2.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de dezembro de 1966.

LAUDO NATEL

Oswaldo Müller da Silva

Raphael Sousa Noschese — Respondendo pelo Expediente

da Secretaria da Fazenda

José Carlos de Figueiredo Ferraz

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios, do Governo, aos 9 de dezembro de 1966.

Vicente Checchia, Diretor Geral, Substituto

LEI N. 9.556, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1966

Dispõe sobre fornecimento de produtos e prestação de serviços, pela

Secretaria da Agricultura

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que, nos termos dos §§ 4.º e 5.º do artigo 22 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Os preços dos produtos agropecuários destinados ao fomento da produção animal e vegetal e os dos inservíveis para plantio e reprodução e o custo dos serviços, postos à disposição dos interessados, pela Secretaria da Agricultura, serão fixados, pelo Secretário, em Ato que será publicado no "Diário Oficial" do Estado.

Parágrafo único — Os preços e custo, a que se refere este artigo, serão revistos e alterados sempre que deixarem de representar a justa retribuição de seus respectivos valores.

Artigo 2.º — Os produtos e serviços, mencionados no artigo anterior, poderão ser cedidos, gratuitamente, pelo Secretário da Agricultura, na forma como se dispuser em regulamento.

§ 1.º — O valor máximo anual e global, que cada doação poderá atingir, será fixado, em decreto, pelo Governador.

§ 2.º — Excetuam-se do preceituado neste artigo as doações de mudas, sementes e embalagens, adquiridas mediante dotações orçamentárias, as quais continuarão a ser regidas pelo disposto no artigo 71, da Lei n. 6.055, de 28 de fevereiro de 1961.

Artigo 3.º — O empréstimo de reprodutores, para fomento da produção animal, poderá ser autorizado pelo Diretor Geral do Departamento de Produção Animal da Secretaria da Agricultura, a título precário e por prazo certo e razoável, tudo conforme se estabelecer em regulamento.

Artigo 4.º — Dentro de 120 (cento e vinte) dias da publicação desta lei, será baixado o seu regulamento.

Artigo 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de dezembro de 1966.

LAUDO NATEL

Glaucio Pinto Viegas

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios, do Governo, aos 9 de dezembro de 1966.

Vicente Checchia, Diretor Geral, Substituto

DIÁRIO DO EXECUTIVO GOVÊRNO DO ESTADO

DECRETO N. 47.354, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1966

Dispõe sobre prorrogação de afastamentos

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais e,

considerando a imprescindível necessidade da manutenção de servidores que se encontram afastados, prestando serviços em outros órgãos; considerando a existência em número reduzido de servidores em Secretarias, carentes ainda de Quadro Ideal de pessoal; considerando a imperiosa necessidade do serviço e a fim de que o mesmo não venha a sofrer solução de continuidade;

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam os Secretários de Estado, dirigentes de órgãos diretamente subordinados ao Governador, dirigentes de autarquias e Reitores das Universidades, autorizados a expedir atos de afastamento, nos termos do artigo 218 da "C.L.F.", em prorrogação, relativos a servidores que estejam prestando serviços em outros órgãos, cujo término se dará a 31 de dezembro de 1966.

Artigo 2.º — O prazo de prorrogação não poderá ultrapassar a 15 de fevereiro de 1967.

§ 1.º — Os casos de afastamento decorrentes de recomendação do Departamento Médico do Serviço Civil do Estado, somente serão expedidos à vista de manifestação expressa do referido Departamento e poderá ser pelo prazo indicado pelo mesmo.

§ 2.º — Independem de registro no Departamento Estadual de Administração, os atos a que se refere o presente decreto.

Artigo 3.º — Os afastamentos que incidam em outros dispositivos legais terão os prazos de vigência fixados pelo Governador, à vista das peculiaridades de cada caso.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de Dezembro de 1966.

LAUDO NATEL

Oswaldo Müller da Silva

Raphael Sousa Noschese — Resp. pelo Exp. da Sec. da Fazenda

Glaucio Pinto Viegas

Renato João Baptista Della Togna

José Carlos de Figueiredo Ferraz

Carlos Pasquale

João Paulo da Rocha Fragozo

Paulo Machado de Carvalho

Mário Romeu de Lucca

Mário Machado de Lemos

Pedro Magalhães Padilha — Resp. pelo Exp. da Sec. Turismo

Raphael Sousa Noschese

José Diogo Bastos

Luiz Antonio da Gama e Silva — Reitor

DECRETO N. 47.355, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1966

Aprova o Regulamento do Instituto de Café do Estado de São Paulo e regulamenta a Lei n. 9.321, de 28 de abril de 1966

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais e nos termos do artigo 18 da Lei n. 9.321, de 28 de abril de 1966,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aprovado o seguinte Regulamento do Instituto de Café do Estado de São Paulo (I.C.E.S.P.):

CAPÍTULO I

Natureza e Finalidade

Artigo 2.º — O Instituto de Café do Estado de São Paulo (I.C.E.S.P.), criado pela Lei n. 2.004, de 19 de dezembro de 1924, modificada pelas Leis ns. 2.110-A, de 29 de dezembro de 1925, 2.122, de 30 de dezembro de 1925, e 2.144, de 26 de outubro de 1926, ao qual se refere também o Decreto-Lei n. 12.281, de 30 de outubro de 1941, e reorganizado pela Lei n. 9.321, de 28 de abril de 1966, é autarquia, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, autonomia administrativa e financeira, sede e fóro na Capital do Estado de São Paulo.

Artigo 3.º — Ao I.C.E.S.P., compete:

I — Proporcionar, preferentemente, com base em projetos que se constituam em planejamentos globais, que lhe forem apresentados pelos interessados, assistência financeira para o desenvolvimento da cafeicultura e do setor agropecuário do Estado a ela ligados, objetivando a melhoria das condições de produção agrícola, seja nas propriedades agrícolas, de forma isolada, em regiões ou em todo o Estado, observado o seguinte:

a) A Assistência Financeira, dentro dos limites operacionais que forem estabelecidos, será proporcionada globalmente para os planos ou projetos aprovados. O I.C.E.S.P. estabelecerá entendimentos, acordos ou convênios com instituições financeiras oficiais e ou particulares com objetivo de que estas atendam, prioritariamente, com seus recursos e, em seus limites operacionais, às despesas previstas no plano, que sejam peculiares às suas operações.

b) Os financiamentos não atendidos por aquelas instituições e que se justifiquem nos planos e projetos, a juízo do Conselho Administrativo, serão diretamente concedidos pelo I.C.E.S.P.

c) O financiamento para atender aos objetivos supra, se fará através da apreciação pelo órgão técnico do I.C.E.S.P. de proposta dos interessados acompanhada de planos ou projetos que forem considerados técnica e economicamente viáveis e desejáveis sob o ponto de vista social.

d) A elaboração dos planos e projetos de desenvolvimento poderá ser financiada, total ou parcialmente, pelo I.C.E.S.P., mediante proposta do interessado.

e) As normas para apresentação e avaliação dos planos e projetos serão baixados pelo Presidente do I.C.E.S.P., com aprovação do Conselho Administrativo.

f) A Assistência Financeira levará em conta, prioritariamente, os seguintes objetivos:

1 — A renovação da lavoura cafeeira, a substituição das plantações de baixa produtividade e anti-econômicas, e a implantação de novas lavouras, em zonas ecológicamente favoráveis, dando-se prioridade às propriedades agrícolas que apresentarem